

31 de Dezembro de 2004

COFINA, S.G.P.S., S.A. (SOCIEDADE ABERTA)

Relatório do Conselho de Administração

Contas Individuais

Cofina, S.G.P.S., S.A.
(Sociedade Aberta)

Rua General Norton de Matos, 68
4050-424 Porto
Capital Social: 25.641.459 €

Senhores accionistas

Dando cumprimento ao disposto na Lei, vem o Conselho de Administração da Cofina, S.G.P.S., S.A. (Sociedade Aberta) apresentar o Relatório de Gestão relativo à sua actividade individual do exercício de 2004.

A Cofina, S.G.P.S., S.A. elaborou Contas Consolidadas, sobre as quais o Conselho de Administração emitiu um pormenorizado relatório que será objecto de publicação. Deste modo considera-se que o conteúdo da informação a produzir para as contas individuais é similar ao produzido para as contas consolidadas, reproduzindo-se, no entanto, algumas menções obrigatórias nos termos do Código das Sociedades Comerciais e do Código dos Valores Mobiliários.

DISPOSIÇÕES LEGAIS**Governo da Sociedade**

O desenvolvimento deste capítulo encontra-se efectuado no relatório de Gestão do Conselho de Administração sobre as contas consolidadas.

Acções próprias

Nos termos e para os efeitos do disposto no art.º 66 do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que em 31 de Dezembro de 2004 a Cofina não detinha acções próprias não tendo adquirido ou alienado acções próprias durante o exercício.

Acções detidas pelos órgãos sociais da Cofina

Nos termos e para os efeitos do disposto no art.º 447 do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que, em 13 de Dezembro de 2004, os administradores Paulo Jorge dos Santos Fernandes e Domingos José Vieira de Matos adquiriram 366.884 acções representativas do capital social da Cofina, S.G.P.S., S.A. pelo preço unitário de 3,70 euros cada. Em 31 de Dezembro de 2004, os administradores da Sociedade detinham as seguintes acções:

Paulo Jorge dos Santos Fernandes	1.592.873
João Manuel Matos Borges de Oliveira	1.145.000
Pedro Macedo Pinto de Mendonça	426.250
Domingos José Vieira de Matos	1.734.858
Carlos Manuel Matos Borges de Oliveira	1.145.000

Em 31 de Dezembro de 2004, o Fiscal Único e os membros da Mesa da Assembleia Geral, com excepção da primeira secretária – Ana Rebelo Mendonça Fernandes, não possuíam nenhuma acção representativa do capital social.

Participação no Capital da Sociedade

Nos termos e para os efeitos do disposto nos Artigos 16º e 20º do Código de Valores Mobiliários e no Artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que as sociedade e/ou pessoas singulares que têm uma participação social qualificada que ultrapasse os 2%, 10%, 20%, 33% e 50% dos direitos de voto, e de acordo com as notificações recebidas são como segue:

Superior a 2% dos direitos de voto	Acções detidas em 31.12.2004	% directa de direitos de voto
Paulo Jorge dos Santos Fernandes	1.592.873	3,11%
João Manuel Matos Borges de Oliveira	1.145.000	2,23%
Domingos José Vieira de Matos	1.734.858	3,38%
Carlos Manuel Matos Borges de Oliveira	1.145.000	2,23%
AF Investimentos – Fundos Mobiliários, S.A.	1.206.669	2,35%
Schroder Investment Management Limited	1.050.000	2,05%
Superior a 5% dos direitos de voto	Acções detidas em 31.12.2004	% directa de direitos de voto
Banco BPI, S.A.	4.354.960	8,49%
Fundos de Investimentos Mobiliários Caixagest	2.950.880	5,75%
Ana Rebelo Mendonça Fernandes	3.041.170	5,93%
Superior a 20% dos direitos de voto	Acções detidas em 31.12.2003	% de direitos de voto
Cofihold, S.G.P.S., S.A.		
a) directamente	10.500.000	20,47%
b) indirectamente, através dos seus administradores		
Paulo Jorge dos Santos Fernandes		3,11%
João Manuel Matos Borges de Oliveira		2,23%
Domingos José Vieira de Matos		3,38%
Carlos Manuel Matos Borges de Oliveira		2,23%

A Cofina não foi notificada de qualquer transacção ocorrida durante o exercício nas participações detidas pelo Banco BPI, S.A. ou pela Cofihold, S.G.P.S., S.A., não tendo igualmente recebido qualquer notificação de participações acima de 33% dos direitos de voto.

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PROPOSTA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO PARA A APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO INDIVIDUAL DO EXERCÍCIO

A Cofina, SGPS, S.A. na qualidade de holding do Grupo, registou nas suas contas individuais um resultado líquido de 2.829.945 Euros, para o qual, nos termos legais e estatutários, o Conselho de Administração propôs à Assembleia Geral a seguinte aplicação:

Reserva Legal	141.500,10
Reservas Livres	124.299,00
Distribuição de dividendos	<u>2.564.145,90</u>
	<u>2.829.945,00</u>

Esta aplicação corresponde a uma distribuição de dividendos de 0,05 euros por acção.

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Os membros do Conselho de Administração da Cofina, S.G.P.S., S.A. declaram assumir a responsabilidade pela presente informação e asseguram que os elementos nela inscritos são verídicos e que não existem omissões que sejam do seu conhecimento.

Nos termos do art. 21º do Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro informamos que não existem dívidas em mora perante o Estado, nomeadamente perante a Segurança Social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não queremos concluir sem expressar o nosso agradecimento, reconhecendo a dedicação e empenho dos Colaboradores do Grupo Cofina. Finalmente, gostaríamos de expressar a nossa gratidão pela colaboração prestada pelos restantes Órgãos Sociais, a qual é extensiva às Instituições Bancárias que connosco se relacionaram.

Porto, 14 de Março de 2005

O Conselho de Administração

Paulo Jorge dos Santos Fernandes – Presidente

João Manuel Matos Borges de Oliveira

Pedro Macedo Pinto de Mendonça

Domingos José Vieira de Matos

Carlos Manuel Matos Borges de Oliveira

COFINA , SGPS, S.A.**BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E 2003**

(Montantes expressos em Euros)

		2004		2003	
Activo	Notas	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
Imobilizado:					
Imobilizações incorpóreas:					
Despesas de instalação	10	461.818	461.818	-	-
Despesas de investigação e de desenvolvimento	10	100.282	100.282	-	7.867
Propriedade Industrial e Outros Direitos	10	20.459	6.820	13.639	-
		582.559	568.920	13.639	7.867
Imobilizações corpóreas:					
Equipamento de transporte	10	23.044	23.044	-	-
Equipamento administrativo	10	157.199	109.663	47.536	63.121
Outras imobilizações corpóreas	10	98.004	76.577	21.427	30.114
		278.247	209.284	68.963	93.235
Investimentos financeiros:					
Partes de capital em empresas do grupo	10 e 16	133.854.867	42.500	133.812.367	117.006.327
Partes de capital em empresas associadas	10 e 16	156.900	-	156.900	156.900
Partes de capital em outras empresas	10 e 16	507.500	507.500	-	8.133.991
Títulos e outras aplicações financeiras	10 e 16	60.216.682	5.716.682	54.500.000	69.178.866
Outros empréstimos concedidos	10 e 16	3.226.635	3.226.635	-	-
	34	197.962.584	9.493.317	188.469.267	194.476.084
Circulante:					
Dívidas de terceiros - Curto prazo:					
Clientes, c/c		835.101	-	835.101	-
Empresas do grupo	16	5.581.733	-	5.581.733	25.873.312
Estado e outros entes públicos	49	519.612	-	519.612	1.398.301
Outros devedores	52	6.540.697	237.160	6.303.537	7.082.157
	34	13.477.143	237.160	13.239.983	34.353.770
Títulos negociáveis					
Outros títulos negociáveis		-	-	-	3.317.535
Depósitos bancários e caixa:					
Depósitos bancários		7.271.423		7.271.423	157.851
Caixa		2.376		2.376	1.052
		7.273.799		7.273.799	158.903
Acréscimos e diferimentos:					
Acréscimos de proveitos	50	2.427.258		2.427.258	2.834.654
Custos diferidos	50	112.173		112.173	2.061.103
		2.539.431		2.539.431	4.895.757
Total de amortizações			778.204		
Total de provisões			9.730.477		
Total do activo		222.113.763	10.508.681	211.605.082	237.303.151

O Anexo faz parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2004.

COFINA , SGPS, S.A.**BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E 2003**

(Montantes expressos em Euros)

Capital próprio e passivo	Notas	2004	2003
Capital próprio:			
Capital	35, 36 e 40	25.641.459	25.641.459
Prémios de emissão de acções	40	15.874.835	15.874.835
Reservas:			
Reserva legal	40	4.139.206	4.024.087
Reservas livres	40	57.586.799	70.369.734
Resultado líquido do exercício		2.829.945	2.302.366
		<u>106.072.244</u>	<u>118.212.481</u>
Passivo:			
Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo:			
Dívidas a instituições de crédito	48	28.357.966	44.767.212
Outros credores	51	1.173.584	2.000.000
		<u>29.531.550</u>	<u>46.767.212</u>
Dívidas a terceiros - Curto prazo:			
Dívidas a instituições de crédito	48	16.545.135	15.567.248
Outros empréstimos obtidos	48	22.500.000	30.250.000
Empresas do grupo	16	20.533.670	7.101.372
Fornecedores, conta corrente		49.134	53.511
Fornecedores de imobilizado, conta corrente		20.825	-
Estado e outros entes públicos	49	53.412	12.142
Outros credores	51	15.653.035	19.015.951
		<u>75.355.211</u>	<u>72.000.224</u>
Acréscimos e diferimentos:			
Acréscimos de custos	50	646.077	323.234
Total do capital próprio e do passivo		<u>211.605.082</u>	<u>237.303.151</u>

O Anexo faz parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2004.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS POR NATUREZAS DOS**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E 2003**

(Montantes expressos em Euros)

Custos e perdas	Notas	2004	2003
Fornecimentos e serviços externos		1.711.172	1.390.597
Custos com o pessoal:			
Remunerações		204.325	183.260
Encargos Sociais		39.558	32.710
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	10	42.289	39.086
Provisões	34	237.160	
Impostos		178.719	297.831
Outros custos e perdas operacionais		499	1.456
(A)		2.413.722	1.944.940
Amortizações e provisões de aplicações e investimentos financeiros	10, 34 e 45	2.680.446	3.334.857
Juros e custos similares:			
Outros	45	3.429.298	3.606.368
(C)		8.523.466	8.886.165
Custos e perdas extraordinários	46	1.896.626	192.864
(E)		10.420.092	9.079.029
Impostos sobre o rendimento do exercício	6	(2.634.266)	178.554
(G)		7.785.826	9.257.583
Resultado líquido do exercício		2.829.945	2.302.366
		10.615.771	11.559.949
Proveitos e ganhos	Notas	2004	2003
Prestações de serviços	44	2.101.765	950.000
(B)		2.101.765	950.000
Rendimentos de participações de capital	45	1.980.000	1.800.000
Juros e proveitos similares:			
Relativos a empresas do grupo	45	-	1.085.236
Outros	45	2.094.508	4.725.083
(D)		6.176.273	8.560.319
Proveitos e ganhos extraordinários	46	4.439.498	2.999.630
(F)		10.615.771	11.559.949
Resultados operacionais:	(B) - (A)	(311.957)	(994.940)
Resultados financeiros:	(D-B) - (C-A)	(2.035.236)	669.094
Resultados correntes:	(D) - (C)	(2.347.193)	(325.846)
Resultados antes de impostos:	(F) - (E)	195.679	2.480.920
Resultado líquido do exercício:	(F) - (G)	2.829.945	2.302.366

O Anexo faz parte integrante da demonstração de resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2004.

COFINA, SGPS, S.A.**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS POR FUNÇÕES DOS EXERCÍCIOS****FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E 2003**

(Montantes expressos em Euros)

	<u>31-12-2004</u>	<u>31-12-2003</u>
Vendas e prestação de serviços	2.101.765	950.000
Custo das vendas e prestação de serviços	<u>(1.955.056)</u>	<u>(1.606.567)</u>
Resultados brutos	146.709	(656.567)
Outros proveitos e ganhos operacionais		
Custos administrativos	(18.915)	(39.086)
Outros custos e perdas operacionais	<u>(51.320)</u>	<u>(83.598)</u>
Resultados operacionais	76.474	(779.251)
Rendimentos de participações de capital	1.980.000	1.800.000
Custo líquido de financiamento	(2.491.671)	(2.474.830)
Ganhos (perdas) em associadas	(2.821.544)	(1.062.050)
Ganhos (perdas) em outros investimentos	(971.085)	4.995.953
Resultados não usuais ou não frequentes	<u>4.423.505</u>	<u>1.098</u>
Resultados correntes	195.679	2.480.920
Impostos sobre resultados correntes	<u>2.634.266</u>	<u>(178.554)</u>
Resultado líquido do exercício	<u>2.829.945</u>	<u>2.302.366</u>
Resultados por acção	<u>0,06</u>	<u>0,05</u>

O Anexo faz parte integrante da demonstração de resultados para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2004.

COFINA, S.G.P.S., S.A.**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS****FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E 2003**

(Montantes expressos em Euros)

	<u>2004</u>		<u>2003</u>	
Actividades operacionais:				
Recebimentos de clientes	1.266.665		3.199.210	
Pagamentos a fornecedores	(1.715.550)		(1.374.901)	
Pagamentos ao pessoal	(232.899)	(681.784)	(208.296)	1.616.013
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional	(389.633)		(2.640.149)	
Impostos sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas	2.006.131	1.616.498	450.999	(2.189.150)
Recebimentos relativos a rubricas extraordinárias	2.022		2.847	
Pagamentos relativos a rubricas extraordinárias	(56.892)	(54.870)	(10.085)	(7.238)
<i>Fluxos gerados pelas actividades operacionais (1)</i>		<u>879.844</u>		<u>(580.375)</u>
Actividades de investimento:				
Recebimentos provenientes de:				
Investimentos financeiros	22.904.532		8.662.215	
Empréstimos concedidos	3.902.794		44.125.833	
Juros e proveitos similares	3.098.340		4.559.059	
Dividendos	1.980.000	31.885.666	1.800.000	59.147.107
Pagamentos relativos a:				
Investimentos financeiros	(20.507.304)		(67.964.873)	
Imobilizações corpóreas	(3.330)		(23.877)	
Empréstimos concedidos	-	(20.510.634)	(3.470.035)	(71.458.785)
<i>Fluxos gerados pelas actividades de investimento (2)</i>		<u>11.375.032</u>		<u>(12.311.678)</u>
Actividades de financiamento:				
Recebimentos provenientes de:				
Empréstimos obtidos	68.750.000		32.406.721	
Aumentos de capital e prémios de emissão	-		2.239.718	
Alienação de acções próprias	-	68.750.000	392.018	35.038.457
Pagamentos respeitantes a:				
Juros e custos similares	(3.224.836)		(4.164.331)	
Empréstimos obtidos	(69.516.843)		(22.532.276)	
Aquisição de acções próprias	-		(377.629)	
Dividendos distribuídos	(2.051.316)	(74.792.995)	(1.750.000)	(28.824.236)
<i>Fluxos gerados pelas actividades de financiamento (3)</i>		<u>(6.042.995)</u>		<u>6.214.221</u>
Caixa e seus equivalentes no início do exercício		1.061.918		7.739.750
Variação de caixa e seus equivalentes: (1)+(2)+(3)		<u>6.211.881</u>		<u>(6.677.832)</u>
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício		<u>7.273.799</u>		<u>1.061.918</u>

O anexo faz parte integrante da demonstração do exercício findo em 31 de Dezembro de 2004.

1. AQUISIÇÃO / ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2004 as aquisições / alienações de investimentos financeiros foram as seguintes:

<u>Aquisições</u>	<u>Valor da transacção</u>	<u>Valor pago/cobrado</u>
Celulose do Caima, SGPS, S.A.	16.777.775	14.430.607
F. Ramada - Participações, S.G.P.S., S.A.	50.000	50.000
Transacções efectuadas em exercícios anteriores e pagas em 2004	40.218.426	6.000.932
Outros	25.765	25.765
	-----	-----
	57.071.966	20.507.304
	=====	=====
<u>Alienações</u>		
VAA – Vista Alegre Atlantis, S.G.P.S., S.A.	6.729.862	6.729.862
Transacções efectuadas em exercícios anteriores e recebidas em 2004	25.000.000	16.174.670
	-----	-----
	31.729.862	22.904.532
	=====	=====

2. DISCRIMINAÇÃO DOS COMPONENTES DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

A discriminação de caixa e seus equivalentes em 31 de Dezembro de 2004 e 2003 e a reconciliação entre o seu valor e o montante de disponibilidades constantes no balanço naquela data é como segue:

	<u>2004</u>	<u>2003</u>
Numerário	2.376	1.052
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	7.271.423	157.851
Títulos negociáveis	-	3.317.535
	-----	-----
Descobertos bancários	-	(2.414.520)
	-----	-----
Disponibilidades constantes no balanço	7.273.799	1.061.918
	=====	=====

NOTA INTRODUTÓRIA

A Cofina, S.G.P.S., S.A. (“Cofina” ou “Empresa”) é uma sociedade anónima, com sede no Porto e que tem como actividade principal a gestão de participações sociais (Nota 16), sendo as suas acções cotadas na Euronext Lisboa.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade e aquelas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis à Empresa ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

1. DERROGAÇÃO DE PRINCÍPIOS CONTABILÍSTICOS

Dado que a Empresa prepara e apresenta demonstrações financeiras consolidadas, as quais, na opinião da Administração, reflectem de forma mais adequada a situação financeira da Empresa e os resultados das suas operações, a Empresa mantém nas contas individuais os investimentos financeiros ao custo de aquisição, não aplicando assim o método de equivalência patrimonial, tal como preconizado pelo Plano Oficial de Contabilidade e directrizes contabilísticas.

3. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas, que compreendem essencialmente despesas com o aumento de capital e despesas com a definição da imagem corporativa, encontram-se registadas ao custo e são amortizadas pelo método das quotas constantes durante um período de três anos.

b) Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	<u>Anos</u>
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	4 a 10
Outras imobilizações corpóreas	10

c) Investimentos financeiros

As partes de capital em empresas do Grupo, associadas e outras empresas, bem como os investimentos em títulos e outras aplicações financeiras são registadas ao custo de aquisição adicionado de eventuais despesas de compra, sendo constituídas provisões para reduzir o montante dos investimentos financeiros ao seu valor líquido de realização, que no caso de empresas cotadas é entendido como equivalente ao seu valor de mercado.

Os rendimentos resultantes de investimentos financeiros (dividendos recebidos) são registados na demonstração de resultados do exercício em que é decidida e anunciada a sua distribuição (Nota 45).

d) Especialização de exercícios

A Empresa regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos (Nota 50).

(Montantes expressos em Euros)

e) Impostos diferidos

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

O Conselho de Administração da Cofina decidiu adoptar a disposição transitória prevista no parágrafo 72.b) da Directriz Contabilística n.º 28 – “Impostos sobre o Rendimento” segundo a qual é permitido a Empresa não reconhecer durante um período que não pode exceder cinco anos, os activos por impostos diferidos e os passivos por impostos diferidos relativos a situações aplicáveis à data da entrada em vigor da referida Directriz (1 de Janeiro de 2002). Enquanto existirem situações não relevadas que determinariam o reconhecimento de passivos por impostos diferidos a Empresa não procederá ao registo de activos por impostos diferidos.

A Empresa apresenta na Nota 6 do Anexo ao Balanço e à Demonstração dos resultados os impactos de tal medida.

f) Acções próprias

As acções próprias são registadas ao custo de aquisição, sendo as mais ou menos valias geradas com a sua alienação registadas na rubrica “Reservas livres”.

6. IMPOSTOS

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001) e, deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2001 a 2004 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. A Administração da Empresa entende que as eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras anexas.

Nos termos do artigo 81º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas a Empresa encontra-se sujeita adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

A Sociedade encontra-se abrangida pelo Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (sociedade dominante), sendo que cada uma das sociedades abrangidas por este regime regista o imposto sobre o rendimento nas suas contas individuais por contrapartida da rubrica “Empresas do grupo”. Nos casos em que as filiais contribuem com prejuízos é registado, nas contas individuais, o montante de imposto correspondente aos prejuízos que vierem a ser compensados pelos lucros das demais sociedades abrangidas por este regime.

Conforme referido na Nota 3.e) o Conselho de Administração da Cofina decidiu não proceder ao registo de impostos diferidos aplicando para o efeito a medida transitória prevista na Directriz Contabilística nº 28 – “Impostos sobre o Rendimento”.

Em 31 de Dezembro de 2004, o detalhe dos activos por impostos diferidos de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, e que não foram objecto de registo reportados a 1 de Janeiro de 2003, é como segue:

	Activos por impostos diferidos
Relativos a:	
Prejuízos fiscais reportáveis	3.202.232
Provisões não aceites para efeitos fiscais	6.435.688
	<u>9.637.920</u>

Caso a empresa não tivesse adoptado a disposição transitória prevista na Directriz Contabilística nº 28 e procedesse ao registo dos activos e passivos por impostos diferidos relacionados com as diferenças temporárias acima referidas, o efeito da alteração de política contabilística, reportada a 1 de Janeiro de 2004 teria um impacto positivo no património de 9.637.920 Euros.

(Montantes expressos em Euros)

O movimento ocorrido nos activos por impostos diferidos no exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, e os impactos que existiriam caso aqueles activos e passivos tivessem sido objecto de registo contabilístico, podem ser detalhados como segue:

	Activos por impostos diferidos
Saldo inicial	9.637.920
Efeito em resultados:	
Prejuízos fiscais reportáveis	(2.682)
Provisões não aceites para efeitos fiscais	(3.836.713)
	(3.839.395)
Saldo final	5.798.525

Nos termos da legislação em vigor os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de seis anos após a sua ocorrência e susceptíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período. Em 31 de Dezembro de 2004, os prejuízos fiscais reportáveis segundo as declarações entregues e outra informação da Empresa ascendem a, aproximadamente, 11.600.000 Euros, cujo detalhe e correspondente ano limite de utilização, é como segue:

	Montante	Ano limite de utilização
Gerados em 1999	79.008	2005
Gerados em 2000	2.837.829	2006
Gerados em 2001	8.717.893	2007
	11.634.730	

Em 1 de Janeiro de 2002 e em 31 de Dezembro de 2004, a Empresa não tinha situações geradoras de passivos por impostos diferidos.

7. NÚMERO MÉDIO DE PESSOAL

Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003 a empresa tinha ao seu serviço 9 e 7 pessoas, respectivamente.

10. MOVIMENTO DO ACTIVO IMOBILIZADO

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, o movimento ocorrido no valor das imobilizações incorpóreas, imobilizações corpóreas e investimentos financeiros, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e provisões, foi o seguinte:

Activo bruto					
Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Alienações	Transferências	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:					
Despesas de instalação	461.818	-	-	-	461.818
Despesas de investigação e desenvolvimento	100.282	-	-	-	100.282
Propriedade Industrial e Outros Direitos	-	20.459	-	-	20.459
	562.100	20.459	-	-	582.559
Imobilizações corpóreas:					
Equipamento de transporte	23.044	-	-	-	23.044
Equipamento administrativo	153.869	3.330	-	-	157.199
Outras imobilizações corpóreas	98.004	-	-	-	98.004
	274.917	3.330	-	-	278.247
Investimentos financeiros (Nota 16) :					
Partes de capital em empresas do grupo	117.006.327	16.853.540	(12.923.866)	12.918.866	133.854.867
Partes de capital em empresas associadas	156.900	-	-	-	156.900
Partes de capital em outras empresas	20.718.231	-	(20.210.731)	-	507.500
Títulos e outras aplicações financeiras	72.267.102	868.446	-	(12.918.866)	60.216.682
Outros empréstimos concedidos	3.226.635	-	-	-	3.226.635
	213.375.195	17.721.986	(33.134.597)	-	197.962.584

(Montantes expressos em Euros)

Amortizações acumuladas e provisões

Rubricas	Saldo inicial	Reforços	Alienações	Saldo Final
Imobilizações incorpóreas:				
Despesas de instalação	461.818	-	-	461.818
Despesas de investigação e desenvolvimento	92.415	7.867	-	100.282
Propriedade Industrial e Outros Direitos	-	6.820	-	6.820
	554.233	14.687	-	568.920
Imobilizações corpóreas:				
Equipamento de transporte	23.044	-	-	23.044
Equipamento administrativo	90.748	18.915	-	109.663
Outras imobilizações corpóreas	67.890	8.687	-	76.577
	181.682	27.602	-	209.284
Investimentos financeiros (Nota 34):				
Partes capital em empresas do grupo	-	12.961.366	(12.918.866)	42.500
Partes de capital em outras empresas	12.584.240	9.500	(12.086.240)	507.500
Títulos e outras aplicações financeiras	3.088.236	2.628.446	-	5.716.682
Outros empréstimos concedidos	3.226.635	-	-	3.226.635
	18.899.111	15.599.312	(25.005.106)	9.493.317

A coluna “Aumentos” na rubrica “Partes de capital em empresas do grupo” inclui 16.777.775 Euros referentes à aquisição de 2.620.554 acções da Celulose do Caima, SGPS, S.A. através de uma operação fora de Bolsa, correspondente a 13,46% dos direitos de voto.

A coluna “Alienações” na rubrica “Partes de Capital em Empresas do Grupo” refere-se à alienação de uma participação numa empresa subsidiária que se encontrava provisionada. Este investimento tinha sido provisionado, nos termos do ponto 5.4.3.5 do Plano Oficial de Contas, por contrapartida da rubrica de capitais próprios “Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas”. (Nota 40)

As restantes provisões foram criadas por contrapartida da rubrica de custos financeiros “Aumentos de provisões” (Nota 45).

A coluna “Alienações” na rubrica “Partes de Capital em outras empresas” refere-se à alienação da participação detida na VAA – Vista Alegre Atlantis, SGPS, S.A. efectuada numa operação fora de bolsa à Caima – Indústria de Celulose, S.A.

16. EMPRESAS DO GRUPO, ASSOCIADAS E PARTICIPADAS

Em 31 de Dezembro de 2004, a composição dos investimentos financeiros em empresas do Grupo, associadas e em outras empresas, bem como informação financeira obtida das demonstrações financeiras naquela data das principais participações, eram como segue:

a) Partes de capital em empresas do grupo

Nome	%	Montante	Activo	Total do capital próprio	Proveitos Totais	Resultado Líquido
Celulose do Caima SGPS, S. A.	98,9%	60.125.709	126.432.566	92.909.834	58.311.267	10.293.669
F. Ramada - Aços e Indústrias, S. A.	100,00%	30.060.893	68.271.676	26.932.538	90.907.483	5.287.028
F. Ramada - Participações, SGPS, S. A.	100,00%	43.550.000	99.696.275	96.509.162	222.396	204.721
Outras participações		118.265				
		133.854.867				

b) Partes de capital em empresas associadas

Em 31 de Dezembro de 2004, esta rubrica inclui participações em empresas não cotadas.

c) Títulos e outras aplicações financeiras

Em 31 de Dezembro de 2004, esta rubrica corresponde essencialmente a prestações acessórias concedidas à F. Ramada - Participações, S.G.P.S., S.A..

d) Outros empréstimos concedidos

Em 31 de Dezembro de 2004, esta rubrica é constituída por um montante concedido a uma participada a título de suprimentos.

(Montantes expressos em Euros)

Adicionalmente, de acordo com o princípio contabilístico da prudência, foram constituídas em exercícios anteriores provisões para fazer face a perdas no valor de realização deste empréstimo.

Adicionalmente, a Cofina preparou demonstrações financeiras consolidadas das quais se apresenta um resumo dos principais dados financeiros:

	<u>Dezembro de 2004</u>	<u>Dezembro de 2003</u>
Total do activo líquido consolidado	358.673.795	371.923.075
Total do capital próprio consolidado	88.114.443	77.696.596
Total dos interesses minoritários	1.189.237	12.190.121
Lucro consolidado do exercício	12.492.428	9.831.016

Em 31 de Dezembro de 2004, os principais saldos com Empresas do grupo podem ser detalhados como se segue:

	<u>Clientes</u>	<u>Empresas do grupo (activo)</u>	<u>Empresas do grupo (passivo)</u>
Celulose do Caima, SGPS, S.A.	-	-	20.000.000
Caima Indústria, S.A.	275.896	-	-
F. Ramada, S.A.	246.260	307.121	-
F. Ramada Estruturas, S.A.	-	500.114	-
F. Ramada Universal	-	217.932	-
Presselivre, S.A.	312.945	2.374.415	-
Investec II, SGPS, S.A.	-	606.872	-
Edisport, S.A.	-	444.603	-
IMC, SGPS, S.A.	-	-	-
Investec, SGPS, S.A.	-	950.885	491.679
Outros	-	179.791	41.991
	<u>835.101</u>	<u>5.581.733</u>	<u>20.533.670</u>

Do montante registado na rubrica do activo "Empresas do grupo" cerca de 1.151.754 Euros correspondem a saldos a receber do grupo no âmbito do RETGS (Nota 6).

22. GARANTIAS PRESTADAS

Em 31 de Dezembro de 2004, a Cofina tinha constituído garantias cujo detalhe é como segue:

- penhor de 13.194.531 acções da Celulose do Caima, S.G.P.S., S.A. para garantia de um crédito de mútuo no montante máximo de 4.000.000 Euros obtido junto da Caixa Geral de Depósitos, S.A. e da Caixa – Banco de Investimento, S.A.;
- penhor de 1.230.268 acções da Celulose do Caima, S.G.P.S., S.A. como garantia de um empréstimo no montante de 3.740.984 Euros, contraído junto do Banco BPI, S.A.;
- garantia bancária no montante de 2.000.000 Euros para garantia da conta a pagar à Independent News & Media (UK), Ltd resultante da aquisição, durante o exercício de 2003, de uma participação na Lusomundo Media, S.G.P.S., S.A.
- penhor de 200.000 acções da F. Ramada, Aços e Indústrias, S.A. para garantia de um programa de papel comercial junto do Banco BPI no montante de 3.750.000 Euros;
- garantia bancária no montante de 2.347.168 Euros para garantia da conta a pagar resultante da aquisição de 2.295.990 acções da Celulose do Caima, SGPS, S.A.;
- garantia bancária no montante de 2.964.915 Euros junto do Banco BPI, S.A. como caução para a obrigação de aquisição das acções da Celulose do Caima, SGPS, S.A. aos accionistas que não aprovassem a deliberação de perda da qualidade de sociedade aberta daquela empresa participada, de acordo com o estipulado no Código das Sociedades Comerciais;
- penhor de 2.200.000 acções da Celulose do Caima, SGPS, S.A. para garantia de um crédito de mútuo no montante de 4.000.000 Euros junto do Banco de Investimento Global, S.A.;

(Montantes expressos em Euros)

- h) penhor de 139.000 acções da F. Ramada, Aços e Indústrias, S.A. para garantia da conta caucionada junto do Banco BPI no montante máximo de 1.246.995 Euros.

Adicionalmente, a Cofina tinha constituídas garantias bancárias no montante de 16.250.000 Euros para garantia dos programas de papel comercial existentes.

34. MOVIMENTO OCORRIDO NAS PROVISÕES

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2004 verificaram-se os seguintes movimentos nas rubricas de provisões:

	Saldo inicial	Aumentos	Reduções/ Utilizações	Saldo final
Provisões para contas a receber	-	237.160	-	237.160
Provisões para investimentos financeiros	18.899.111	15.599.312	25.005.106	9.493.317
	<u>18.899.111</u>	<u>15.836.472</u>	<u>25.005.106</u>	<u>9.730.477</u>

Os aumentos das provisões ocorridos durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2004 foram registados nas rubricas da demonstração de resultados como segue:

Provisões do exercício	237.160
Custos e perdas financeiros (Nota 45)	2.680.446
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas (Nota 40)	12.918.866
	<u>15.836.472</u>
	<u>=====</u>

As diminuições de provisões ocorridas durante o exercício correspondem a utilizações directas efectuadas.

36. COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Em 31 de Dezembro de 2004, o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, era composto por 51.282.918 acções com o valor nominal de 50 cêntimos de Euro cada.

37. IDENTIFICAÇÃO DE PESSOAS COLECTIVAS COM MAIS DE 20% DO CAPITAL

As seguintes pessoas colectivas detêm mais de 20% do capital subscrito em 31 de Dezembro de 2004:

- Cofihold, SGPS, S.A.

40. VARIAÇÃO NAS RUBRICAS DE CAPITAL PRÓPRIO

O movimento ocorrido nas rubricas de capital próprio durante o primeiro semestre de 2004 foi como segue:

	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo Final
Capital	25.641.459	-	-	-	25.641.459
Prémios de emissão de acções	15.874.835	-	-	-	15.874.835
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas (Notas 10 e 34)	-	(12.918.866)	-	12. 918.866	-
Reservas:					
Reserva legal	4.024.087	-	-	115.119	4.139.206
Reservas livres	70.369.734	-	-	(12.782.935)	57.586.799

A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinada ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

De acordo com o deliberado na Assembleia Geral datada de 1 de Abril de 2004, o Conselho de Administração da Cofina pode, durante um período de 18 meses a contar da data da Assembleia Geral,

(Montantes expressos em Euros)

adquirir ou alienar acções próprias na Bolsa de Valores dentro dos limites legais e de acordo com outras condições relacionadas com: (i) o número máximo de acções a alienar; (ii) os preços mínimo e máximo de aquisição; (iii) os preços mínimos de alienação. Adicionalmente, foi deliberado que o resultado líquido do exercício de 2003 fosse distribuído como se segue:

Reserva legal	115.119
Reservas livres	135.931
Dividendos	2.051.316

	2.302.366
	=====

A transferência da rubrica “Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas” para “Reservas livres” resulta da alienação ocorrida durante o exercício do investimento financeiro na participada que havia sido provisionado durante o exercício conforme descrito na Nota 10. Adicionalmente, esta rubrica inclui a aplicação do resultado líquido de 2003.

44. PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS POR ACTIVIDADE E MERCADOS GEOGRÁFICOS

As prestações de serviços referem-se a assessoria de gestão a empresas participadas, com sede em Portugal (Nota 16).

45. DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2004 e 2003 têm a seguinte composição:

	<u>2004</u>	<u>2003</u>
<u>Custos e perdas:</u>		
Juros suportados	2.709.343	2.647.581
Provisões para investimentos financeiros (Nota 34)	2.680.446	3.334.857
Diferenças de câmbio desfavoráveis	236	2.285
Outros custos e perdas financeiros	719.719	956.502
	-----	-----
	6.109.744	6.941.225
Resultados financeiros	(2.035.236)	669.094
	-----	-----
	4.074.508	7.610.319
	=====	=====
<u>Proveitos e ganhos:</u>		
Juros obtidos	385.095	1.400.300
Ganhos de participações de capital	1.980.000	1.800.000
Diferenças de câmbio favoráveis	51	1.010
Descontos de pronto pagamento obtidos	-	6
Ganhos na alienação de aplicações financeiras	1.709.362	3.875.725
Outros proveitos e ganhos financeiros	-	533.278
	-----	-----
	4.074.508	7.610.319
	=====	=====

A rubrica “Ganhos de participações de capital ” refere-se a dividendos recebidos da empresa participada F. Ramada – Aços e Indústrias, S.A. durante o exercício de 2004.

A rubrica “Ganhos na alienação de aplicações financeiras” refere-se a mais valia obtida na alienação dos títulos negociáveis que a Empresa detinha na Gescartão, SGPS, S.A.

(Montantes expressos em Euros)

46. DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Os resultados extraordinários para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2004 e 2003 têm a seguinte composição:

	<u>2004</u>	<u>2003</u>
<u>Custos e perdas:</u>		
Perdas em imobilizações	1.369.698	137.026
Donativos	15.800	475
Correcções relativas a exercícios anteriores	39.585	-
Outros custos e perdas extraordinários	471.543	55.363
	-----	-----
	1.896.626	192.864
Resultados extraordinários	2.542.872	2.806.766
	-----	-----
	4.439.498	2.999.630
	=====	=====
<u>Proveitos e ganhos:</u>		
Recuperação dívidas	2.500	-
Ganhos em imobilizações	-	27.422
Reduções de Provisões (Nota 34)	-	2.969.361
Correcções relativas em exercícios anteriores	2.018	2.535
Outros proveitos e ganhos extraordinários	4.434.980	312
	-----	-----
	4.439.498	2.999.630
	=====	=====

48. DÍVIDAS A INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO E OUTROS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Em 31 de Dezembro de 2004, o detalhe dos empréstimos obtidos de instituições de crédito era o seguinte:

	<u>Curto prazo</u>	<u>Médio e longo prazo</u>
Empréstimos bancários:		
Empréstimos	16.545.135	28.357.966
	-----	-----
	16.545.135	28.357.966
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2004, os empréstimos bancários venciam juros a taxas de mercado, e os montante classificados a médio e longo prazo tinham o seguinte plano de reembolso previsto:

2006	10.401.240
2007	17.956.726

	28.357.966
	=====

A rubrica “Outros empréstimos obtidos” pode ser detalhada como segue:

	<u>Curto prazo</u>
Outros empréstimos obtidos:	
Papel Comercial	22.500.00
	=====

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2003 a Cofina subscreveu um programa de emissões de papel comercial junto de duas instituições bancárias num montante máximo de 25.000.000 Euros. Em 31 de Dezembro de 2004, esta linha de papel comercial encontrava-se a ser utilizada no montante de 22.500.000 Euros incluídos na rubrica “Outros empréstimos obtidos”. No âmbito deste contrato, o reembolso do empréstimo poderá vir a ser exigido caso a Cofina venha a deter uma participação directa ou indirecta inferior a determinadas percentagens do capital social e dos direitos de voto das suas participadas F. Ramada – Aços e Indústrias, S.A., Investec, S.G.P.S., S.A., Presselivre, S.A., Edisport, S.A., S.A.,

(Montantes expressos em Euros)

Caima – Indústria de Celulose, S.A e VASP – Sociedade de Transportes e Distribuição, Lda., bem como no caso de não serem cumpridos determinados rácios financeiros evidenciados pelas demonstrações financeiras consolidadas anuais do Grupo Cofina.

49. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2004, os saldos com estas entidades tinham a seguinte composição:

Saldos devedores:

Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas	493.617
Imposto sobre o Valor Acrescentado	1.363
Imposto sucessório	5.608
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares- Retenções na fonte	19.024

	519.612
	=====

Saldos credores:

Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas	
Tributação autónoma	46.611
Contribuições para a Segurança Social	6.801

	53.412
	=====

O saldo devedor da rubrica “Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas” refere-se, essencialmente, a pagamentos por conta efectuados pelo grupo de empresas, encabeçado pela Cofina, sujeito ao Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (“RETGS”).

O saldo credor da rubrica “Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas” refere-se, essencialmente, à tributação autónoma das empresas do grupo abrangidas pelo Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (“RETGS”).

50. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2004, os saldos destas rubricas tinham a seguinte composição:

Acréscimos de proveitos:

Juros a receber	2.427.258
	=====

Custos diferidos:

Outros	112.173
	=====

Acréscimos de custos:

Juros a liquidar	584.736
Remunerações a liquidar	21.628
Outros	39.713

	646.077
	=====

51. OUTROS CREDITORES

Em 31 de Dezembro de 2004, a rubrica do passivo “Outros credores” podia ser detalhada como segue:

Médio e Longo Prazo:

Credores por aquisição de participações financeiras	1.173.584

	1.173.584
	=====

(Montantes expressos em Euros)

Curto Prazo:

BPI Ventures, S.G.P.S, S.A.	12.210.000
Independent News & Media (UK) Ltd	2.000.000
Credores por aquisição de participações financeiras	1.173.584
Outros	269.451

	15.653.035
	=====

O montante devido à BPI Ventures, S.G.P.S., S.A. refere-se à aquisição de uma participação adicional de 20% no capital da empresa do grupo IMC – Investimentos, Média e Conteúdos, SGPS, S.A. durante o segundo semestre de 2001, o qual será liquidado em Outubro de 2005.

O montante devido à Independent News & Media (UK) Ltd. refere-se ao montante ainda em dívida relativo à aquisição de acções da Lusomundo Media, S.G.P.S., S.A., entretanto alienadas a uma empresa do grupo, o qual será liquidado em Novembro de 2005.

O valor referente à dívida de credores por aquisição de participações financeiras refere-se à compra de acções da Celulose do Caima, S.A. (Nota 10).

52. OUTROS DEVEDORES

Em 31 de Dezembro de 2004, a rubrica do activo “Outros devedores” podia ser detalhada como segue:

VAA – Vista Alegre Atlantis, S.A.	2.126.976
Investec S.G.P.S., S.A.	3.825.330
Outros	588.391

	6.540.697
	=====

O saldo com a VAA – Vista Alegre Atlantis corresponde a um valor a receber pela alienação de acções da Atlantis – Cristais de Alcobaça, S.A. durante o exercício de 2001. Este montante vence a juros à taxa de mercado.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA CONTAS INDIVIDUAIS

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2004 da Cofina, S.G.P.S., S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2004, que evidencia um total de 211.605.082 Euros e capitais próprios de 106.072.244 Euros, incluindo um resultado líquido de 2.829.945 Euros, as Demonstrações dos resultados por naturezas e por funções e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa: (i) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente: a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

A expressão Deloitte refere-se a uma ou várias sociedades que operam ao abrigo de um acordo com a Deloitte Touche Tohmatsu, uma Swiss Verein, bem como as suas respectivas representadas e afiliadas. Deloitte Touche Tohmatsu é uma associação mundial de sociedades dedicadas à prestação de serviços profissionais de excelência, concentradas no serviço ao cliente sob uma estratégia global, aplicada localmente em, aproximadamente, 150 países. Como Swiss Verein (associação), nem a Deloitte Touche Tohmatsu nem qualquer das suas sociedades membro assumem qualquer responsabilidade isolada ou solidária pelos actos ou omissões de qualquer das outras sociedades membro. Cada uma das sociedades membro é uma entidade legal e separada que opera sob a marca "Deloitte", "Deloitte & Touche", "Deloitte Touche Tohmatsu" ou outros nomes relacionados.

Capital Social: 500.000,00 euros - NIPC: 501 776 311 - Matriculada na CRC de Lisboa sob o nº 11.743

Sede: Edifício Atrium Saldanha, Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º, 1050-094 Lisboa

Tel: +(351) 210 427 500 Fax: +(351) 210 427 950 - www.deloitte.com/pt

• Porto: Edifício Aviz, Av. da Boavista, 3523 - 1º, 4100-139 Porto - Tel: +(351) 226 191 300 - Fax: +(351) 226 101 204

Member of

Deloitte Touche Tohmatsu

Opinião

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, para os fins indicados no parágrafo 7 abaixo, em todos os aspectos materialmente relevantes a posição financeira da Cofina, S.G.P.S, S.A. em 31 de Dezembro de 2004, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e a informação financeira nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Ênfases

6. Conforme referido na Nota 6 do Anexo ao Balanço e à Demonstração dos resultados, a Empresa optou por aplicar a medida transitória prevista na Directriz Contabilística nº 28 não tendo registado os activos e passivos por impostos diferidos relativos a situações anteriores a 1 de Janeiro de 2002. Os efeitos nas demonstrações financeiras anexas, caso a Empresa não tivesse adoptado esta medida transitória, encontram-se evidenciados na Nota 6 do Anexo ao Balanço e à Demonstração dos resultados.
7. As demonstrações mencionadas no parágrafo 1 acima referem-se à actividade da Empresa a nível individual e foram preparadas para publicação nos termos da legislação em vigor. Conforme indicado na nota 3.c) do Anexo, os investimentos financeiros em empresas subsidiárias e associadas são apresentados ao custo de aquisição sendo constituídas provisões para reduzir o montante daqueles investimentos à estimativa do seu valor líquido de realização (Nota 10). A Empresa irá preparar nos termos da legislação em vigor, demonstrações financeiras consolidadas que melhor apresentam a posição financeira e o resultado das operações do conjunto formado pela Empresa, suas subsidiárias e associadas, para publicação em separado.

Porto, 14 de Março de 2005


DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Representada por Jorge Manuel Araújo de Beja Neves

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO CONTAS INDIVIDUAIS

Aos Accionistas da
Cofina, S.G.P.S., S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi conferido, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da Cofina, S.G.P.S., S.A. ("Empresa"), relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa.

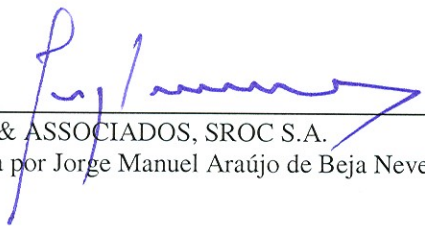
Acompanhámos a evolução da actividade e os negócios da Empresa, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Empresa todas as informações e esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o Balanço em 31 de Dezembro de 2004, as Demonstrações de resultados por naturezas e por funções e a Demonstração de fluxos de caixa para o exercício findo nesta data e os correspondentes anexos, e emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria, a qual contém nos seus parágrafos 6 e 7 duas ênfases. Adicionalmente, procedemos a uma revisão do Relatório de Gestão do exercício de 2004 preparado pelo Conselho de Administração da Empresa e da proposta nele incluída.

Face ao exposto, somos de opinião que, tendo em consideração o exposto nos parágrafos 6 e 7 da Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria, as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovadas em Assembleia Geral de Accionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Empresa o nosso apreço pela colaboração que nos prestaram.

Porto, 14 de Março de 2005



DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Representada por Jorge Manuel Araújo de Beja Neves